

TURISMO E PRESERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PROJETO TAMAR

Fernanda Alves Cangerana Pereira⁽¹⁾

Bióloga, mestre e doutora em saúde pública na área de saúde ambiental, professora de ensino superior na FATEC SP.

Karen Romanel dos Santos⁽²⁾

Tecnóloga em Gestão de Turismo pela FATEC SP

Endereço⁽¹⁾: Pç. Coronel Fernando Prestes, 30 / Av. Tiradentes, 615
Bom Retiro - São Paulo, SP - CEP: 01124-060, Brasil - Tel: +55 (11) 3322-2213 - e-mail: facan@fatecsp.br.

RESUMO

O Projeto Tamar surgiu há quase 40 anos através da iniciativa de um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que, em 1977, realizavam pesquisas no Atol das Rocas, nesta ocasião os estudantes puderam observar que pescadores locais causaram a morte de 11 tartarugas. Em razão deste fato, os alunos de oceanografia passaram a lutar pela conservação das tartarugas realizando denúncias aos órgãos ambientais responsáveis e criando projetos de conservação das espécies marinhas ameaçadas e seu ecossistema. Na atualidade o projeto lida com a preservação, pesquisa e manejo de espécies de tartarugas marinhas no Brasil. Neste trabalho foi estudada a relação da utilização de uma área de conservação ambiental com as atividades turísticas. Analisando as metas de educação ambiental, o trabalho visa avaliar quais esforços uma organização como o Projeto TAMAR precisa adotar para implantar um turismo sustentável visando a conservação e preservação deste espaço e desenvolvendo a consciência ambiental dos visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto TAMAR, turismo sustentável, educação ambiental.

INTRODUÇÃO

A atividade turística aliada ao empreendedorismo social tem apresentado crescimento no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Booking.com (2018), demonstrou que cerca de 90% dos viajantes procuram tornar suas viagens mais sustentáveis, ou seja, as experiências adquiridas durante a viagem são o maior motivador da atividade em detrimento do consumo, além do desfrute dos recursos naturais de modo mais consciente. Assim o turismo sustentável, está baseado em ações de conservação ambiental com o envolvimento da comunidade, está incorporando cada vez mais um espectro amplo de iniciativas (WTTC, 2019).

O Projeto Tamar, iniciativa que, há quase 40 anos, lida com a preservação, pesquisa e manejo de espécies de tartarugas marinhas no Brasil, será analisado nesse artigo com o objetivo de estudar a relação da utilização de uma área de conservação ambiental com atividades de conscientização para o público.

Analisando as relações do desenvolvimento sustentável com a atividade turística em uma localidade onde há a passagem de animais não predominantes na fauna brasileira, o artigo visa avaliar quais esforços uma organização como o Projeto TAMAR precisa adotar para implantar um turismo sustentável visando a conservação e preservação deste espaço.

Dessa forma, podemos refletir, a partir deste estudo de caso, sobre as premissas e conceito de turismo no Brasil, turismo sustentável, identificar as ações do Projeto TAMAR para a educação ambiental, avaliar a receptividade da comunidade local à presença do Projeto e analisar as informações apresentadas com a participação do turista.

METODOLOGIA

Este é um estudo de revisão bibliográfica e documental que teve por objetivo avaliar o uso de projetos de conservação na atividade turística e descrever seu impacto social, econômico e ambiental para as comunidades receptoras e para os visitantes usando como estudo de caso o projeto TAMAR.

RESULTADOS

TURISMO SUSTENTÁVEL

Quando o turismo chegou ao seu auge na segunda metade do século XX, por volta dos anos 1960 em diante, a ideia de pensar no amanhã não era relevante. O termo “Turismo Sustentável” era inexistente em uma época onde a exploração de recursos era apenas econômica e voltada para o desenvolvimento do país (DIAS, 2008).

Quando a preocupação sobre os impactos negativos causados pelas indústrias e outros empreendimentos começaram a ser abordados, surgiu a preocupação ambiental. Entre outros encontros internacionais podemos citar a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), ou Comissão de Brundtland que, junto a ONU, publicou em 1987 o relatório de Brundtland – “Nosso Futuro Comum”¹ surgindo então o termo turismo sustentável. O relatório discute desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Alguns anos depois, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas em 1992 (conhecida como “Rio 92”), e a partir dessa conferência foi aprovada a “Agenda 21 Global”. Nela o turismo foi apontado como um gerador de benefícios econômicos e desenvolvimento sustentável que tanto buscavam (ABRANJA e ALMEIDA, 2009).

Em sequência foram realizadas a Cúpula da Terra em 1997 (Nova Iorque), a Cúpula do Milênio em 2000 (NY) e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2002, (Joanesburgo), ou RIO+10, chegando sempre à mesma conclusão sobre os fatores degradantes do ecossistema e a necessidade de ações que evitem tais catástrofes (KÖRÖSSY, 2008).

No ano de 2012, foi realizada uma nova Conferência, a Rio+20, onde foram rediscutidas as atitudes sustentáveis do mundo. Na Rio+20, novamente sediada no Brasil, foram aceitos os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) cujas temáticas envolviam a erradicação da pobreza e da fome, cidades sustentáveis, proteção do uso sustentável dos oceanos, etc. (BRASIL, 2014).

A atividade turística, sendo aplicada em equilíbrio com a natureza, pode garantir a preservação e conservação de regiões importantes como sítios arqueológicos e históricos, áreas silvestres, etc., conscientizando os turistas com as causas sustentáveis. Entretanto, se o planejamento turístico não for aplicado corretamente, os impactos negativos se alastrarão e a degradação do ambiente vai se instaurar (ABRANJA e ALMEIDA, 2009).

Ao tratarmos de turismo sustentável não há uma regra de fato a ser seguida, uma vez que, ele preza pela utilização consciente dos recursos naturais e pelo desenvolvimento de uma localidade. Por outro lado, existem ações que devem ser levadas em conta para obtenção de uma atividade turística. Bezerra (2009) aponta que o turismo sustentável deve apoiar-se nos pilares da comunidade local, no uso sustentável dos recursos naturais e na manutenção da cultura e da natureza. Com isso, quanto ao termo turismo sustentável podemos dizer que (...) é uma filosofia de gestão que promove a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das comunidades locais, fomenta a manutenção e preservação dos recursos ambientais dos territórios e proporciona ao turista uma experiência única e gratificante (...)” (GUEDES; MOURA e CARVALHO, 2017, p. 32).

Hanai (2011) reflete que o conceito de turismo sustentável muitas vezes é banalizado por empresas fora do ramo turístico e que objetivam o *marketing* sustentável apenas com as questões ambientais e sociais, e que sua aplicabilidade fora desse nicho é inviável. Ainda assim, o Guia da Rota ER entende que, “Os princípios do turismo sustentável podem traduzir-se em práticas de gestão aplicáveis a todo tipo de empresa, em qualquer destino turístico. Estes princípios têm como propósito minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios da atividade turística no entorno sociocultural, ambiental e empresarial” (p.11).

¹ Mais em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>.

Comumente, este tipo de banalização é reflexo da semelhança entre Turismo Sustentável com Ecoturismo. Enquanto o turismo sustentável pode ser definido como atividade que trabalha em harmonia entre natureza e comunidade local (HANAI e ESPÍNDOLA, 2011), o ecoturismo busca promover o contato entre homem e natureza, e nesta atividade deve buscar sempre a conscientização sobre a importância da conservação do meio ambiente assim como tradições culturais e a sustentabilidade (SÃO PAULO, 2010).

O Ecoturismo, ou turismo ecológico, é um termo que ganhou destaque nos últimos tempos dada a grande preocupação das comunidades com os recursos naturais. Essa atividade envolve o relacionamento entre turistas e a fauna e flora e é utilizada para envolver o visitante em atividades que visem à conservação do território visitado.

Esta atividade mais “verde” busca trazer a participação da população a fim de assegurar a existência dos recursos naturais no futuro indo além do uso já conhecido de energia renovável e reciclagem (VEYRET, 2012). Mais do que isso, ele também visa obter maiores feitos dentro de um sistema mais consciente na emissão de gases produzidos pelo transporte aéreo, o uso reduzido de energia não renovável pelos cruzeiros e quanto à economia local, incluir mais os residentes da região turística ecológica nessa atividade, tentando não os fazer dependentes do turismo.

Por mais que os conceitos se assemelhem em bases teóricas, uma forma mais clara de compreender sua diferença é sugerida por Leví (2012), que explica que o turismo sustentável usufrui do patrimônio natural e cultural de forma equilibrada e compensadora com efeitos duradouros e de longo prazo, enquanto o ecoturismo visa a importância do ganho financeiro de recursos e possui um efeito mais curto, todavia ambos permitem desenvolver os territórios que os acolhem.

Por isso, o processo de conservação da natureza somados aos projetos de desenvolvimento social dentro do turismo, é muitas vezes, propagado por organizações não-governamentais e fundações que buscam, regularmente em conjunto com o Governo vigente, implantar projetos socioambientais para garantir a preservação ambiental. As entidades, além de pensarem na natureza, objetivam o desenvolvimento do ambiente, seja ele natural ou social, gerando um progresso no modo de vida dos locais.

Para a execução deste artigo, o Projeto Tamar foi escolhido para ilustrar como uma organização pode desenvolver trabalhos de conservação, neste caso de tartarugas marinhas, com atividades turísticas no intuito de, não só preservar a fauna, mas mitigar os impactos negativos causado à paisagem das praias.

PROJETO TAMAR

A origem do projeto Tamar aconteceu após um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ter, em 1977, ficado no Atol das Rocas para realizarem pesquisas sobre o ecossistema marinho, nesta ocasião os estudantes se depararam com a morte de 11 tartarugas pelas mãos de pescadores locais. Em consequência da cena, os alunos de oceanografia dedicaram lutar pela conservação das tartarugas realizando denúncias aos órgãos ambientais responsáveis e criando projetos de conservação das espécies marinhas ameaçadas e seu ecossistema (TAMAR, 2019).

Entretanto, em 1979, quando ainda era escassa a informação sobre a incidência dos quelônios² na costa brasileira, o Brasil foi convidado a participar de uma conferência na Organização dos Estados Americanos (OEA). Devido ao fato de que as pesquisas voltadas ao tema eram limitadas, foi cobrada uma posição do Brasil frente às políticas de preservação das tartarugas marinhas (SUASSUNA, 2001). Novos estudos foram realizados e, com eles, surgiu a descoberta de que os animais estavam desaparecendo devido a captura incidental na pesca, do abate de fêmeas e a coleta indevida de ovos nas praias (TAMAR, 1992).

Em 1980 foram aprovados levantamentos sobre as espécies de tartarugas e seus hábitos, surgindo oficialmente o Projeto Tartaruga Marinha/IBDF. Para possibilitar as pesquisas que tinham o objetivo de determinar a área de atuação do projeto, os pesquisadores Guy Guagni dei Marcovaldi e Maria Ângela Marcovaldi partiram para uma avaliação de campo pela costa marinha brasileira. Em um período de 2 anos

² Répteis da ordem Chelonia, cujos representantes são as tartarugas marinhas e de água-doce; cágados e os jabutis

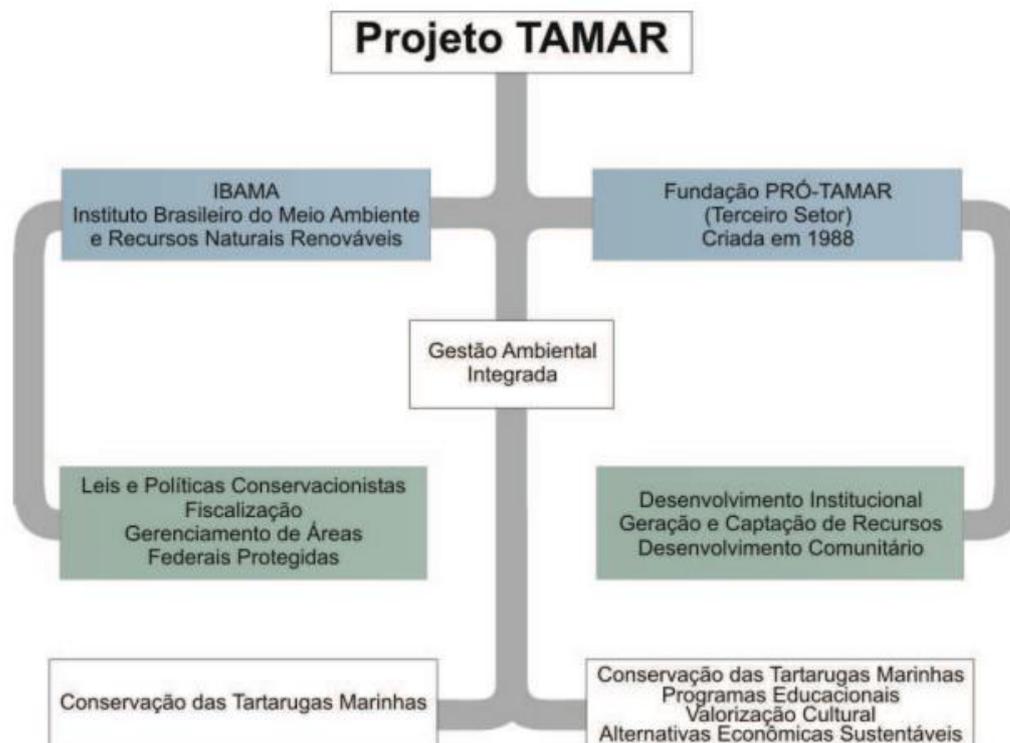
foram percorridos 6.000 km entre os Estados do Rio de Janeiro e do Amapá, realizando a coleta de amostras e informações sobre espécies de tartarugas existentes dentro do perímetro (TAMAR, 1992).

Cronologicamente, a evolução do Projeto Tamar acontece da seguinte maneira (MARCOVALDI; et al., 2016):

- 1980 – O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (atual IBAMA) criou o Projeto Tartarugas Marinhas
- 1988 – A Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas – Fundação Pró-Tamar foi criada para prestar auxílio ao Projeto
- 1989 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) decidiu transformar o Projeto Tartarugas Marinhas em um “Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas – Centro TAMAR
- 1990 – O Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), assumiu sua administração e desde então está à frente do projeto.

Assim, atribui-se à gestão do Projeto Tamar de acordo com a parceria criada entre o IBAMA e os oceanólogos da Pró-Tamar (PATIRI, 2002).

Tabela 1 Gestão e função do Projeto Tamar



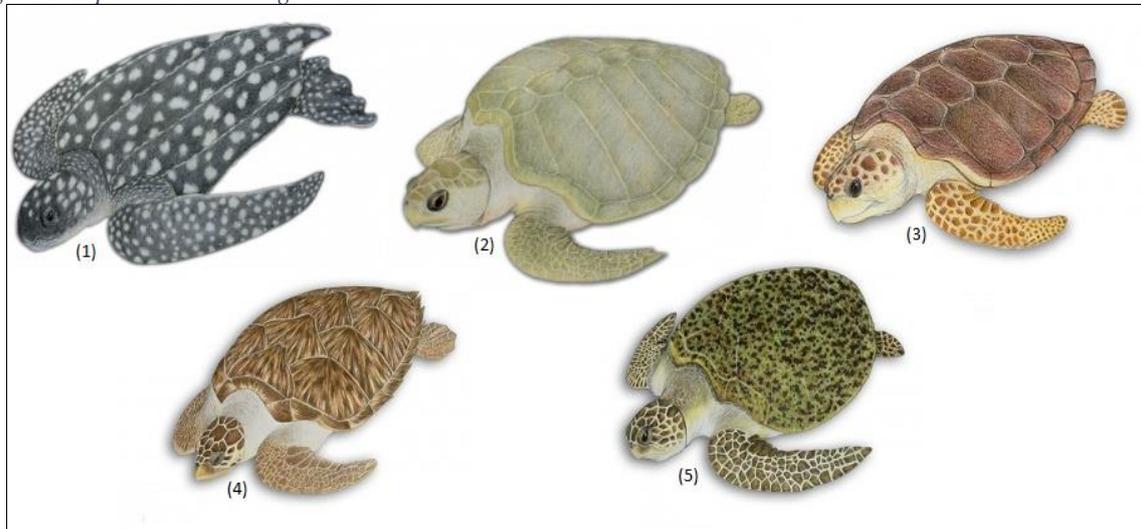
Fonte: PATIRI, 2002

Segundo o site do projeto “O nome Tamar foi criado a partir da combinação das sílabas iniciais das palavras tartaruga marinha, abreviação que se tornou necessária, na prática, pelo espaço restrito para as inscrições nas pequenas placas de metal utilizadas na identificação das tartarugas marcadas para diversos estudos. Desde então, a expressão Tamar passou a designar o Programa de Conservação de Tartarugas Marinhas no Brasil” (TAMAR, 2019).

O Projeto teve como primeira ação demarcar as principais praias com atividade de tartarugas marinhas para estabelecer suas primeiras bases. Com isso feito o segundo passo foi a identificação das maiores ameaças enfrentadas pelas tartarugas ao chegarem nas praias brasileiras que levavam ao seu constante desaparecimento.

Quando o projeto foi de fato instituído, as pesquisas antes realizadas determinaram que a Praia do Forte – BA seria a sede devido a maior ocorrência dos animais, seguido por Regência, no Espírito Santo e Pirambú, em Sergipe contendo as principais bases de pesquisa (MARCOVALDI; et al., 2016), todas instaladas em 1982. Cada locação visa proteger, pesquisar e recuperar as tartarugas em cada parte do litoral brasileiro. As espécies encontradas no Brasil são: tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) (1), a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) (2), tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*) (3), a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) (4) e a tartaruga verde (*Chelonia mydas*) (5) (TAMAR 2019).

Figura 1 Espécies de tartarugas marinhas encontradas no Brasil



Fonte: TAMAR, 2019

Ao todo existem 7 espécies de tartarugas sendo 2 delas não encontradas nas costas brasileiras. Das 5 espécies vistas no Brasil, quatro estão classificadas em risco de extinção. Tanto as tartarugas de couro, de pente, oliva e a cabeçuda correm riscos devido a ameaças externas como a coleta de seus ovos, a pesca incidental, a poluição, a fotopoluição³ e predadores naturais (como polvos, orcas, focas etc.). A exceção do risco é a tartaruga verde, que por ter a desova em ilhas oceânicas tem menor contato com humanos e o controle é mais eficaz (TAMAR, 2018), entretanto, seu status na natureza é classificado como “em perigo”.

No período de desova das fêmeas (de setembro a abril no continente e de dezembro a junho nas ilhas oceânicas) o trabalho do Tamar se intensifica pois é neste período que as tartarugas são marcadas o que possibilita que sejam monitoradas durante o ano (SANTOS, 2011). É nesta temporada de reprodução que cada tartaruga que monta um ninho recebe um acompanhamento diário (pesagem, coleta de dados e a marcação) a fim de estudar a espécie.

Em face a essa realidade, o Projeto Tamar foi o pioneiro a unir o Centro TAMAR/ICMBio e a Fundação Pró-TAMAR – agente responsável pelas ações do PAN - Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas no Brasil do ICMBio/MMA e, desde 1988, é responsável pelas atividades nas áreas administrativa, técnica e científica do Tamar, além de toda captação de recursos e gestão do programa de auto sustentação – que juntos estimulam a pesquisa e trabalhos de conservação das tartarugas marinhas. São reconhecidos internacionalmente pelo trabalho de envolver a comunidade costeira nas atividades socioambientais e seu papel integrando o governo com a sociedade civil organizada (ICMBio, 2018)⁴.

IMPACTO NA COMUNIDADE

Inicialmente, a inserção das novas políticas de eco desenvolvimento propagadas pelo Projeto Tamar nas comunidades pesqueiras não foi bem recebida. As ações do TAMAR interferiam diretamente na prática de

³ Poluição luminosa

⁴Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9710-dia-internacional-da-tartaruga-marinha>>

capturar as tartarugas para fins de alimentação, entre outros, como podemos ver a seguir “(...) na cultura dos habitantes e em suas representações simbólicas, retirando o direito de capturar estes animais para alimentação, comercialização e caça, uma vez que na própria comunidade há disputa entre os pescadores para eleger aqueles que detêm maior destreza na caça das tartarugas” (LANNA, 2009, p.4).

Observava-se também problemas relacionados a vínculos empregatícios e concorrência entre os próprios pescadores. Os benefícios prometidos à comunidade eram vistos apenas por aqueles que possuíam alguma relação legal com o Projeto Tamar, ou seja, os considerados “funcionários tartarugueiros” eram pescadores mais experientes na pesca de tartarugas (SUASSUNA, 2001). A adversidade intensificava a dificuldade na aplicação de novas normas quanto a conservação de tartarugas e o diálogo com a comunidade.

É de se mencionar que grande parte do problema entre as comunidades e a iniciativa é o canal de comunicação entre as partes (SUASSUNA, 2004), e para solucionar tal problema foram incluídas as ações com as crianças para que elas se tornassem um “elo” entre o Projeto e a comunidade. Assim elas “(...) participavam na elaboração de cartazes e distribuição de material educativo. A estratégia era de incorporar, no cotidiano das comunidades, as atividades de proteção das tartarugas marinhas” (PITIRI, p. 99, 2002).

Tal processos de inclusão social elevou a participação da comunidade “(...) passaram a atuar nos diversos grupos produtivos ligados às alternativas econômicas e, em estágio mais avançado, a partir da implantação dos centros de visitantes, surgiram os grupos de prestação de serviços, ligados ao atendimento de turistas” (PITIRI, 2002, p. 204).

Com a crescente participação, para a implementação das outras bases do Projeto Tamar ao redor do litoral, a iniciativa tornou-se mais atenta quanto “incentivar a construção do capital social nos tecidos comunitários, com a formação de laços de confiança entre as lideranças, formadores de opinião e representantes das organizações locais” (PITIRI, p. 206, 2002).

BASES TAMAR

Hoje a operação das bases abrange cerca 1.100 quilômetros de praias divididas entre 26 localidades brasileiras, as sedes oficiais do TAMAR podem ser encontradas nos estados da Bahia (Mangue Seco, Sítio do Conde, Costa do Sauípe, Praia do Forte, Arembepe, Busca Vida), de Sergipe (Ponta dos Mangues, Pirambu, Aracaju, Abaís), Pernambuco (Fernando de Noronha), do Rio Grande do Norte (Barreira do Inferno, Pipa), do Ceará (Almofada), do Espírito Santo (Guriri, Trindade, Pontal do Ipiranga, Povoação, Regência, Vitória), do Rio de Janeiro (Farol de São Tomé, AquaRio), de São Paulo (Ubatuba) e de Santa Catarina (Beto Carrero World, Itajaí, Florianópolis). Cada uma das bases trabalha com diferentes atividades, entre elas alimentação, desova, crescimento e descanso das tartarugas etc. (TAMAR, 2018).

Cada uma das bases possui uma especificidade (TAMAR, 2019):

- **Bahia** - Surgiu em 1982 a base sede do TAMAR na Praia do Forte e nela concentra-se 4 das 5 espécies de tartarugas que circundam o Brasil. Entre seu espaço de cerca de 10 mil km² as atividades da base contemplam o estudo, recuperação, alimentação e desova dos animais, tornando-a uma das mais importantes bases brasileiras. A base de Arembepe, conta com o centro de visitantes, o museu interativo, a exposição Encantos da Escolinha do TAMAR e o Submarino Amarelo. Outra função desta base é a monitoramento das praias a partir do farol de Itapuã até a foz do rio Jacuípe.
- **Espírito Santo** - As bases do estado focam suas atividades na propagação de informações sobre as tartarugas marinhas assim como a sua conservação, e o descanso das que encaixam na região. O espaço de Vitória conta com um tanque recém reformado, um fóssil de uma espécie já extinta de tartaruga e um Museu. Já o de Regência, conta com um centro ecológico criado em 1986, que presa as atividades de pesca, atividades de conservação e breves atividades turísticas. Esse espaço acolhe uma comunidade de aproximadamente 2 mil habitantes e possui um fluxo de visitação controlado.
- **Sergipe** - O oceanário em formato de tartaruga criado para esta base em 2002, em Aracajú, tem uma área de 141m² (o 5º do país) e consegue abrigar cerca de 300 pessoas ao mesmo tempo. O local também permite a interação do visitante com algumas espécies nos tanques e uma visita no Submarino Amarelo.

- **Pernambuco** - A base do Projeto TAMAR na ilha de Fernando de Noronha tem uma função especial pois é nela que a tartaruga de pente desova. Esta base é conhecida pelo ciclo de palestras que acontecem desde 1996, entretanto, as atividades de pesquisa tiveram início em 1984. O Museu a Céu Aberto da Tartaruga Marinha foi construído a partir de materiais ecologicamente pensados e as atividades oferecidas para turistas também é planejada dentro do conceito de conservação da fauna e flora locais.
- **São Paulo** - A unidade de Ubatuba é a única do litoral paulista e foi a primeira base focada na alimentação das tartarugas, sendo inaugurada em 1991 e tendo cerca de 2.500m². Possui além do Museu TAMAR e do aquário com praia artificial, o Museu Caiçara cuja intenção é valorizar e relembrar os costumes e cultura predominante brasileira muito importante para a identidade da região sudeste.
- **Ceará** - O envolvimento do TAMAR na região se deu em 1992, em um trabalho conjunto com a comunidade local para a preservação das tartarugas visto que o índice de pesca acidental era elevado. A única base cearense especializou seu trabalho com os pescadores para pesca sem incidentes e trabalhos artesanais para a revenda em outras bases do projeto.
- **Rio Grande do Norte** - As bases experimentais encontradas nos municípios de Natal/Parnamirim (Barreira do Inferno), Tibau do Sul (Pipa e Sibaúma), Canguaretama (Barra do Cunhaú) e Baía Formosa, são responsáveis por 44 km de praia com dunas que acolhem especialmente a tartaruga de pente. Essa região concentra uma grande quantidade de ninhos na época de desova e sua preservação se dá por voluntários, militares e funcionários do projeto.
- **Santa Catarina** - Encontrada na Barra da Lagoa, próximo a Florianópolis, a base sul do Projeto TAMAR foca suas atividades na área de pesquisas sobre as tartarugas desde 2005, ano de sua inauguração. Possui o Museu da Tartaruga e tanques onde podem ser encontradas tartarugas em reabilitação.
- **Rio de Janeiro** - Localizada no Farol de São Thomé, na baixada fluminense, a base TAMAR dessa região visa às pesquisas das tartarugas marinhas e a alimentação quando estão em travessia para Santa Catarina.

DELIMITAÇÃO DA PRAIA

As praias não sofrem qualquer tipo de restrição na temporada reprodutiva das tartarugas. Os ninhos são marcados com um tipo de cerca e estacas com inscrições do Tamar indicando a presença de ovos de tartarugas na região e verificados diariamente por funcionários das bases (TAMAR, 2019). Os ninhos que estiverem em locais de risco são transferidos para trechos mais protegidos ou para os cercados nas bases do TAMAR, onde são reproduzidas as condições normais para a incubação dos ovos. Quando os filhotes saem à superfície, são contados, identificados e soltos para seguirem até o mar (ALVES, 2005, n.p.).

Uma exceção a tal evento seria a Praia do Leão, localizada em Fernando de Noronha, que restringiu o acesso de turistas no período de desova das tartarugas. Entretanto, tal restrição só acontece durante a noite, tornando o período diurno aberto para a visitação com uma supervisão constante de um “guarda-parque” controlando a aproximação do público da área dos ninhos (COELHO, 2019).

SUBSÍDIOS

Por ser administrado por duas instituições diferentes, os subsídios do Projeto Tamar provêm de lugares diferentes. O Centro Tamar, gerido pelo órgão governamental ICMBio, recebe o incentivo do governo e do IBAMA. Já a Fundação Pró-TAMAR recebe um financiamento do Programa Petrobras Socioambiental, que desde 1984 apoia a causa. A fundação é também responsável pelo gerenciamento monetário das bases, encargos trabalhistas e todas as questões legais e administrativas (TAMAR, 2019).

As lojas encontradas nos Centros de Visitante e nas bases contém produtos com o logotipo da tartaruga e produtos artesanais confeccionados por artesãs, moradoras da comunidade local, como camisetas, brindes,

bijuterias, cangas, sungas e as famosas tartaruginhas de pano. O dinheiro arrecadado com as vendas auxilia no funcionamento do Tamar e no crescimento da comunidade circundante.

A captação de recursos, para não depender exclusivamente dos incentivos governamentais e da Petrobras, também acontece em forma de doações derivadas de empresas (privadas ou não) e ações sociais. As doações efetuadas por empresas muitas vezes ocorrem pelo benefício do “*marketing ecológico*”⁵, elas geralmente se originam de pequenas empresas que, ao oferecerem o suporte financeiro ou em produtos para a loja, esperam que o Projeto Tamar se encarregue de divulgá-los como apoiador. No entanto, pelos produtos originais do centro de visitantes receberem mais destaque no local, a empresa doadora pode não sentir que recebeu o retorno (financeiro ou em divulgação) que almejava. Por isso, muitas das parcerias tornam-se não proveitosas e não contínuas (MOURÃO, 2006).

Dentro deste contexto o Projeto aderiu a uma iniciativa própria “Adote uma Tartaruga Marinha”. O movimento, voltado inicialmente para o público estrangeiro, tinha como propósito a arrecadação de recursos financeiros para os cuidados dos répteis e em troca oferecia ao doador uma série de privilégios (como passeios noturnos e camisetas) atuando como uma espécie de recompensa pela ação. Após a eficácia do movimento, o programa ampliou a ação para qualquer turista, entretanto depois de algum tempo deixou de existir para dar espaço a novas formas de captação de fundos (TAMAR, 2019).

MARCA TAMAR

A marca TAMAR possui importância no âmbito do desenvolvimento sustentável pois graças a ela o interesse de turistas em conhecer e usufruir dos seus produtos gera recursos econômicos para as pequenas comunidades. Um exemplo seria o restaurante TAMAR na Bahia, as lojas com produtos exclusivos da marca, sem contar com as parcerias com marcas famosas, como o chocolate Tortugueta da Arcor e uma campanha com a Nescau da Nestlé para a redução de canudos plásticos (TAMAR, 2019).

Além de visar a preservação das tartarugas marinhas, o projeto TAMAR também tem objetivos socioambientais com intuito de fomentar a inclusão social, geração de empregos e de renda e o envolvimento comunitário, além de ser um provedor de pesquisa e conservação que atua na proteção das tartarugas marinhas.

TRABALHO SOCIAL

As ações não só abriram espaço para a profissionalização dos locais – pescadores e moradores próximos as bases – como também oferece estágio para universitários e programas voltados para visitação turística como o “Turtle By Night” (TBN), programação que agrega os turistas às atividades de conservação das tartarugas e do meio ambiente.

Os benefícios do projeto Tamar não se limitam às populações de tartarugas. O projeto também implantou uma nova relação com a comunidade local, onde, mais do que a espécie enfocada, interessa também às pessoas envolvidas. O projeto é um modelo de empreendedorismo para outras iniciativas ambientais (RODRIGUES, p.269, 2002).⁶

Outro programa relacionado ao fomento da capacitação profissional das comunidades envolvidas é o “Nem tudo o que cai na rede é peixe”. O trabalho com os pescadores teve a premissa de realizar uma orientação intensa de valorização da vida marinha, palestras sobre lixo nos oceanos e as redes e iscas utilizadas para a pesca. Coube ao trabalho ministrar aulas sobre como agir diante da captura acidental de tartarugas e seu afogamento.

⁵ Detalhes sobre Marketing Ecológico em: <<https://administradores.com.br/producao-academica/marketing-ambiental-conceitos-e-aplicacao>>.

⁶ Ver mais em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias/article/view/2107/1808>>

Para ações de educação ambiental para banhistas e usuários das praias, foi criado o programa “Nossa praia é a vida”. O intuito deste programa é mostrar os benefícios de manter as praias limpas incluindo os usuários das praias nas solturas das tartarugas reabilitadas e a distribuição de materiais informativos sobre os animais.

Já o mais popular e mais antigo é o “Tamarzinho” ou “Guias Mirins”. Destinado a jovens entre 10 e 14 anos que querem ingressar na área, o programa objetiva o ensinamento da educação ambiental para que o jovem no futuro atue e dissemine informações na comunidade. Este “estágio” disponibiliza à criança uma bolsa auxílio e uma cesta básica. Uma ação semelhante ao “Guias Mirins” é o “TAMAR na Escola”, que se propõe a, dentro das escolas circundantes, ensinar a importância da preservação ambiental e das tartarugas.

CULTURA

O Projeto Tartaruga Marinha possibilitou a promoção da cultura das comunidades ao redor oferecendo apoio e reconhecimento da sua identidade cultural. As manifestações culturais, o artesanato e o próprio folclore foram agregados nas atividades de conservação em forma de um projeto chamado “Programa de Resgate Cultural” (CASTILHOS; ALVES; SILVA, 2003).

Este ato de resgate tinha a intenção de reestabelecer as características culturais perdidas com o passar do tempo, a retomada destes costumes exigiu muito cuidados pois algumas atividades envolviam a captura das tartarugas para criar objetos ou pratos típicos, essas práticas culturais precisaram ser deixadas de lado para que não conflitassem com o objetivo principal da proteção ambiental.

TURISMO

O incremento do turismo nas atividades das bases de pesquisa aconteceu de forma gradativa visto que, com a crescente procura por informações e sua disponibilidade nos postos “foram construídos, adjacentes às bases operacionais, espaços para a visitação pública, denominados como Centro de Visitantes (CV) (PITIRI, 2002).

Nota-se que conforme as ações do TAMAR evoluíram junto à comunidade, a procura pelas bases e pelas regiões cresceu, assim como o número de tartarugas marinhas. Por isso o Centro de visitantes é fundamental na propagação de informações, atividades e equipamentos turísticos. Nele ocorrem pesquisas sobre a vida marinha e agendamento de visitas além de atividade culturais, restaurantes, bares e lojas para venda de produtos TAMAR (TAMAR, 2018).

Podemos encontrar com frequência moradores locais trabalhando no *front* dos estabelecimentos TAMAR. Isso se deve a priorização de mão de obra nativa para o trabalho nas bases, há sim estagiários e voluntários de outras regiões, entretanto, para melhor representar os ideais do Projeto e a arrecadação de recursos a preferência é dada aos que residem na região (VALE; ROBLES, MOREIRA, 2014)⁷.

As atividades destes centros são administradas pelos trabalhadores e voluntários que organizam os afazeres como as palestras, shows e as aulas de educação ambiental que podem ser encontradas diariamente na base para desfruto do turista. Cada centro tem sua própria programação de atividades para melhor aproveitar seu espaço e agradar aos visitantes.

O TAMAR objetiva tornar o turista um “agente de preservação” como forma de engajar ações de conservação, e para isso ele os inserem nas atividades de manejo do projeto e com a conservação destes animais (VIEITAS, 1997). Abaixo estão listadas algumas das atividades que podem ser desempenhadas pelos turistas:

- Alimentação das tartarugas;
- Visitas guiadas;
- Trilhas;
- Oficinas;
- Espaços temáticos;
- Monitoramento de tartarugas marinhas;

⁷ Mais sobre o centro de visitantes em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ijth/article/view/8738>>

- Aquários/ Tanques/ Museus/ Oceanário;
- Acompanhar o manejo dos ninhos;
- Serenata no TAMAR.

Levando-se em consideração todas essas atividades é possível observar que o projeto não só inclui a comunidade em suas ações, como também os visitantes. Dessa forma, a atividade turística promovida é saudável para o ambiente e o desenvolvimento local, tornando o TAMAR uma ferramenta importante na disseminação dos valores da conservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Tamar é um importante instrumento de conservação não só das tartarugas marinhas, à que ele se destina, mas também da conservação de todo o ecossistema, além do seu principal objetivo, a proteção das tartarugas marinhas, passou a incorporar a atividade turística entre suas ações. Ao fazer isso, o Projeto criou atividades de cunho inclusivo onde a comunidade local se tornou beneficiária dos resultados tanto quanto os banhistas das praias e a conservação dos quelônios incidentes no Brasil.

A recepção do Projeto, no início de sua aplicação nas primeiras comunidades, aconteceu de forma hostil. A intervenção chegou trazendo mudanças radicais causando reações conflituosas entre pescadores e empregados do Tamar, mas a necessidade de estimular a proteção da paisagem natural e da fauna existente os fez ampliar o canal de diálogo melhorando a relação entre ambas as partes. Assim, com a compreensão do valor do Projeto e a percepção dos benefícios arrecadados com o trabalho de desenvolvimento e inclusão social, a aceitação tornou-se inevitável acarretando então o avanço das ações de conservação.

Com a inclusão do turismo nas atividades cotidianas, a mensagem transmitida de preservação se expandiu e com ela os valores de sustentabilidade. Tais práticas, se modificadas para moldarem-se à distintas iniciativas, podem ser aplicadas a qualquer tipo de projeto. Isto é, por ser uma iniciativa que apresenta bons resultados quanto a preservação de tartarugas seu exemplo pode ser aplicado não só a animais marinhos como também qualquer outra espécie bandeira brasileira ou nova espécie.

Portanto, ao analisar os procedimentos e atividades propostos pelo Projeto Tamar em prol do desenvolvimento comunitário e sustentável de uma área/causa é nítido o esforço em harmonizarem-se com os princípios da comunidade receptora das bases. Ficou conhecido também a constante mutação das atividades das bases com o propósito de adequação a diferentes demandas turísticas, científicas e sociais. No entanto, ao buscar maiores resultados quanto a sua causa, o Projeto Tamar deveria incentivar o contato e propagar informações sobre as espécies não nativas brasileiras para um público onde o desconhecimento leva a indiferença quanto a preservação dos animais marinhos e antipatia a causa, ampliando então sua área de atuação.

REFERÊNCIAS:

1. ABRANJA, Nuno Alexandre; ALMEIDA, Isabel Duarte de. Turismo e Sustentabilidade. Cogitur, Journal of Tourism Studies, [S.l.], v. 2, n. 2, July 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/506>>. Acesso em: 21 jun. 2018.
2. ALVES, Márcia Elisa Lima. **Projeto Tamar**. 2005. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/projeto-tamar>>. Acesso em: 12 maio 2019.
3. BAPTISTOTTE, Cecília. **Tartarugas Marinhas**: Projeto TAMAR. 1992. Disponível em: <http://www.tamar.org.br/publicacoes_html/pdf/1992/1992_Tartarugas_Marinhas_Projeto_TAMAR.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019
4. BEZERRA, Givaldo Santos. **Os fundamentos teóricos – conceituais do ecoturismo**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/legal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/22.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.
5. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento->

- [sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods](#)>. Acesso em: 21 jun. 2018.
6. BRASIL, Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília/DF: MTUR, 2015.
 7. CASTILHOS, Jaqueline C.; ALVES, Dayse A. R.; SILVA, Augusto C. C. da. Resgate cultural & conservação de tartarugas marinhas. Caderno Virtual de turismo, vol. 3, n.3, 2003. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/34/32>>. Acesso em: 14 abr. 2019.
 8. COELHO, Tatiana. **Para preservar espécies ameaçadas, turistas em Noronha precisam respeitar espaço das tartarugas**. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/02/24/para-preservar-especies-ameacadas-turistas-em-noronha-precisam-respeitar-espaco-das-tartarugas.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.
 9. COLANTUONO, Aline Correia de Sousa. Abordagens ao Turismo Sustentável. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 14, n. 21, p.30-41, 2015. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/532/406>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
 10. DE SOUSA GUEDES, Maria Leonor Gambini; MOURA, Andreia; CARVALHO, Mariana. **Abordagens ao turismo sustentável na revista national geographic tra-veler**. EXEDRA Revista Científica, v.1, pg. 29-48, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6491763>>. Acesso em 13 maio 2019.
 11. DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.
 12. ENDRES, Ana Valéria. **As políticas de turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba/Brasil** [tese]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, p.330, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100786>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
 13. **Guia de Boas Práticas para o Turismo Sustentável**. Rede estrada real. Disponível em: <<https://www.rainforest-alliance.org/business/sites/default/files/uploads/3/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Turismo-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018
 14. HANAI, Frederico Yuri. **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. G&DR, Taubaté: v. 8, n. 1, p. 198-231, 2012. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>>. Acesso em: 13 maio 2019.
 15. IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
 16. KÖRÖSSY, Nathália. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.
 17. LANNA, Karina. **Ecoturismo e Projetos Ambientais Estudo de caso do Projeto Tamar**. Departamento de Turismo e Patrimônio – Escola de Museologia – Centro de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO): Revista Itinerarium v.2 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/view/391>>. Acesso em: 13 maio 2019.
 18. LEVÍ, Margarida José André. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável -:** Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5075/Margarida_Levi_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 maio 2019.
 19. MACHADO, Jucilane Pedrosa. Ministério da Educação. **História Aplicada ao Turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 78 p. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_hist_aplic_tur.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
 20. MARCOVALDI, Maria Ângela et al. **A Conservação e Pesquisa das Tartarugas Marinhas no Nordeste Brasileiro pelo Projeto Tamar**. In: CORREIA, Jozélia Maria de Sousa et al. (Org.). **Conservação de Tartarugas Marinhas no Nordeste do Brasil: Pesquisas, Desafios e Perspectivas**. Recife: EDUFPE, 2016. cap. 1, p. 13-50. Disponível em: <<http://www.editora.ufrpe.br/tartaruga>>. Acesso em: 01 dez. 2018.
 21. MOURÃO, Roberto M. F. Instituto Ecobrasil. **Captção de Recursos: Estudos de Caso - TAMAR**. 2006. Disponível em: <<http://www.ecobrasil.eco.br/2-secao-geral/categoria-ecobrasil/1094-captacao-de-recursos-estudos-de-caso-tamar>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
 22. MÜLLER, Dalila et al. **O Despertar Do Turismo No Brasil: A Década De 1970**. Book Of Proceedings Vol. I – International Conference On Tourism & Management Studies – Algarve 2011,

- p. 692-700. Disponível em: < <http://www.tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/235/340>>. Acesso em: 13 maio 2019.
23. PATIRI, Victor José de Andrade. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local - estudo de caso do projeto Tamar**. 2002. 218 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10450>>. Acesso em: 5 maio 2019.
 24. PROJETO, Tamar. **Projeto Tamar**. Disponível em: <<http://tamar.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 maio 2019.
 25. RIO DE JANEIRO (Confederação Nacional do Comércio). **Breve história do turismo e da hotelaria**. Conselho de Turismo, Rio de Janeiro, 38 p., 2005. Disponível em: <<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/brevehistoricodoturismoedahotelaria.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.
 26. RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação: ciência da crise**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 23, n. 2, p. 269, 2002. Disponível em: <<http://www.avesmarinhas.com.br/14%20-%20Biologia%20da%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20ci%C3%Aancia%20da%20crise.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
 27. SANTOS, Alessandro Santana dos et al. **Plano de ação nacional para a conservação das Tartarugas Marinhas**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2011. 120 p. (Série de Espécies ameaçadas, n. 25). Organizadores: Maria Ângela Azevedo Guagni Dei Marcovaldi, Alessandro Santana dos Santos. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao-pan-tartarugas/livro_tartarugas.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.
 28. SANTOS, Marivan Tavares. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, p. 52, 2010. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_fund_de_tur_e_hosp.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
 29. SÃO PAULO (Estado). **Caderno de Educação Ambiental: Ecoturismo**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA, 2010. 43 p. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2016/12/5-ecoturismo.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.
 30. SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. **Uma pergunta que se faz ao recém-chegado: quem és? O Projeto Tamar e a intervenção em comunidades de pescadores**. 2001. 283 f. Brasília, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1547>>. Acesso em: 28 abr. 2019.
 31. SUASSUNA, Dulce. A educação ambiental e o Projeto Tamar. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 9, n. 1, p.55-67, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/911>>. Acesso em: 13 maio 2019.
 32. TASCHNER, Gisela Black. Lazer e turismo no brasil: notas sobre sua trajetória. Fundação Getulio Vargas/EAESP, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=794&Itemid=170>. Acesso em: 13 maio 2019.
 33. VEYRET, Yvette. **Dicionário do meio ambiente/organização Yvette Veyret**; tradução Marcos Bagno. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
 34. VIEITAS, C.F., et al. **Experiência de turismo ecológico em programa de conservação da natureza**. In SEMANA NACIONAL DE OCEANOGRAFIA, 1997. Itajaí. Anais..., [S.l.:s.n.], 1997, p. 286-289. Disponível em: <http://www.projetotamar.org.br/publicacoes_html/pdf/1997/1997_Experiencia_de_Turismo_Ecológico_o.pdf>. Acesso em 13 maio 2019.